

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2018– IRP 86/2018

O presente certame será regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar 123/06 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Tipo:	Menor Preço (87 itens)
Objeto:	Registro de Preços para Eventual Aquisição de material permanente conforme solicitado pelo departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal do Amazonas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Processo:	23105.002701/2018
Órgão Gerenciador:	154039-UFAM
Órgão Participante:	
Sessão pública para recebimento das propostas de preços e dos documentos de habilitação:	
Data:	05/10/2018
Hora:	10h:00 (horário de Brasília - DF)
Local:	WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Edital disponível a partir de:	24/09/2018
Dias, horários e local para leitura ou obtenção deste Edital:	
Dias:	Segunda a Sexta-feira (dias úteis e de expediente)
Horários:	De 10:00h às 17h00min
Local:	Sala de Licitações / UFAM Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Sul, Bloco “J”, Setor de Licitações, Coroado – Manaus-AM, CEP 69.077-000. Telefone: (92) 3305-1181 ramal 4041, (92) 99318-2191
Aviso de licitação divulgado no site: www.comprasnet.gov.br Edital disponível (gratuitamente) no site: www.comprasnet.gov.br	

Stanley Soares de Souza.
PREGOEIRO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2018
(Processo Administrativo n.º 23105.002701/2018)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, C.N.P.J. n.º 04.378.626/0001-97, com sede na Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Coroado – Manaus-AM, por meio deste pregoeiro, designado pela **Portaria– PROADM nº 153/2017 de 25/09/2017**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018**, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 24/09/2018

Horário: 10h:00 (horário de Brasília - DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para Eventual Aquisição de material permanente conforme solicitado pelo departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal do Amazonas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Fundação Universidade do Amazonas- UASG 154039.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1 A solicitação de autorização para a utilização / adesão da Ata de Registro de Preço por órgão ou entidade da administração pública, deverá ser encaminhada para o e-mail adesaoufam@gmail.com.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao triplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN **SEGES/MPDG nº 3, de 2018.**

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. **pessoas jurídicas que possuam em seus quadros societários servidores da FUA ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;**

5.3.3 **que estejam reunidas em consórcio, uma vez que a aquisição não se configura de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica;**

5.4. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

5.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. valor unitário do item;

6.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

6.6.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

6.6.3. Marca;

6.6.4. Fabricante;

6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazos de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;*

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.15. Para os itens 35 a 45 e 69, conforme especificado no item 1.8 do Termo de Referência, referentes à aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

7.16. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.16.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.*

8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo de até 02 (duas) horas para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.3. **Habilitação jurídica:**

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

9.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.3.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.3.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.4. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.5. Qualificação econômico-financeira:

- 9.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.5.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 9.5.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.5.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.5.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou item pertinente.
- 9.6. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
- 9.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7. Os licitantes deverão ainda encaminhar declaração de que não possuem em seus quadros societários servidores da FUA ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, em cumprimento ao Acórdão Nº 409/2015 – TCU – Plenário, conforme Anexo II.

9.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **02 (duas) horas** após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cplufam@gmail.com. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **03 (três) dias** após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

9.5.3 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Em relação às licitantes cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 6º, 10, 11 e 21 **Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26.04.2018.**

9.10.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.10.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **02 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento.
- 14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 15.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 15.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.
- 15.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

- 20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 21.1.2. apresentar documentação falsa;
- 21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.5. não mantiver a proposta;
- 21.1.6. cometer fraude fiscal;
- 21.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.3.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e- cplufam@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Bloco J, sala 06 - Coordenação Geral de Licitações, Bairro: Coroado – Manaus-AM, CEP: 69.077-000.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Rodrigo Otávio n.º 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Bloco J, Coordenação de Licitações, Bairro: Coroado – Manaus-AM, CEP: 69.077-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.10.2. ANEXO II – Declaração de Inexistência de Vínculo Familiar;

23.10.3. ANEXO III – Ata de Registro de Preço

Manaus, 19 de setembro de 2018.

TIAGO LUZ DE OLIVEIRA
Coordenador Geral de Licitação
Universidade Federal do Amazonas

ANEXO I

**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE MATERIAL**

TERMO DE REFERÊNCIA 48/2018

Processo 23105.002701/2018

IRP 86/2018

1 DO OBJETO

1.1 Aquisição de material permanente conforme condições, quantidades, exigências e estimativas encaminhadas pelo departamento de Ciências Florestais, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT E MATERIAL ESPECIFICADO	TIPO DE BENEFICIO	UNID.	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	140805 - QUADRO BRANCO, MATERIAL FÓRMICA BRANCA BRILHANTE, COR MOLDURA NATURAL, ALTURA 1,30, COMPRIMENTO 2,00, COMPONENTES ADICIONAIS MOLDURA, SUPORTE P/ APAGADOR- PINCÊIS DE ALUMÍNIO	I	UN	2	197,59	395,18
2	140805 - QUADRO BRANCO, MATERIAL FÓRMICA BRANCA BRILHANTE, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA ALUMÍNIO, COR MOLDURA NATURAL, FINALIDADE LANÇAMENTO INFORMAÇÕES, ALTURA 130, COMPRIMENTO 260, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MAGNÉTICO COM 2 PRESILHAS PARTE SUPERIOR, TIPO FIXAÇÃO PAREDE	I	UN	1	282,14	282,14
3	140805 - QUADRO BRANCO, MATERIAL FÓRMICA BRANCA BRILHANTE, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA ALUMÍNIO, COR MOLDURA NATURAL, FINALIDADE LANÇAMENTO INFORMAÇÕES, LARGURA 150, COMPRIMENTO 90, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MAGNÉTICO COM 2 PRESILHAS PARTE SUPERIOR, TIPO FIXAÇÃO PAREDE	I	UN	1	101,36	101,36
4	140805 - QUADRO BRANCO, MATERIAL FÓRMICA BRANCA BRILHANTE, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA ANODIZADO NATURAL, FINALIDADE LANÇAMENTO INFORMAÇÕES, COMPRIMENTO 250, MATERIAL MOLDURA ALUMÍNIO, COMPONENTES ADICIONAIS COM CANALETA PARA SUPORTE CANETAS E APAGADOR, ALTURA 150	I	UN	1	470,26	470,26
5	140805 - QUADRO BRANCO, MATERIAL FÓRMICA BRANCA BRILHANTE, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA ALUMÍNIO, COR MOLDURA NATURAL, FINALIDADE LANÇAMENTO INFORMAÇÕES, LARGURA 120, COMPRIMENTO 90, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MAGNÉTICO COM 2 PRESILHAS PARTE SUPERIOR, TIPO FIXAÇÃO PAREDE	I	UN	1	282,14	282,14
6	150328 - CONJUNTO CADEIRAS ESPERA, MATERIAL ASSENTO E ENCOSTO ESPUMA INJETADA, MATERIAL ESTRUTURA TUBO AÇO, QUANTIDADE ASSENTOS 3, COR PRETA, APOIO BRAÇO SEM BRAÇOS, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO VINIL	I	UN	1	925,20	925,20
7	266223 - CADEIRA DESENHISTA, MATERIAL ESTRUTURA AÇO CARBONO, TIPO ASSENTO GIRATÓRIO, CARACTERÍSTICA ASSENTO RETAGULAR ESTOFADO, CARACTERÍSTICA ENCOSTO RETANGULAR ACOLCHADO, ACABAMENTO ESTRUTURA PINTADO, CARACTERÍSTICA BASE COM RODÍZIOS, COR ASSENTO E ENCOSTO PRETA, COR ESTRUTURA PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REGULAGEM DE ALTURA A GÁS, REGULAGEM ALTURA COM REGULAGEM, ALTURA MÁXIMA 70	I	UN	6	243,20	1.459,20
8	150506 - CADEIRA FIXA, MATERIAL ASSENTO MADEIRA MACIÇA, MATERIAL ENCOSTO MADEIRA MACIÇA, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA MACIÇA, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO MADEIRA TIPO DEMOLIÇÃO, ACABAMENTO ESTRUTURA TRATAMENTO QUÍMICO PARA PROTEÇÃO, TIPO BASE FIXO, TIPO ENCOSTO FIXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRAÇOS TIPO CARACOL, COR NATURAL, TIPO PÉ 4 PÉS, DIMENSÕES ASSENTO 600 X 600, DIMENSÕES ENCOSTO 600 X 450, ALTURA 80, LARGURA 60, PROFUNDIDADE 60, NORMAS TÉCNICAS ABNT NBR 13962/2002	I	UN	6	223,67	1.342,02

9	20680 - CADEIRA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA TUBO AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO TECIDO, MATERIAL ENCOSTO ESPUMA INJETADA, MATERIAL ASSENTO ESPUMA INJETADA, TRATAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA NIQUELADO, TIPO BASE FIXO, TIPO ENCOSTO ALTO, APOIO BRAÇO COM BRAÇOS, REGULAGEM VERTICAL SEM REGULAGEM, COR IMARROM	I	UN	6	221,87	1.331,22
10	20680 - CADEIRA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA TUBO AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO CAMURÇA, MATERIAL ENCOSTO ESPUMA LAMINADA, MATERIAL ASSENTO ESPUMA INJETADA, TRATAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA NIQUELADO, TIPO BASE FIXO, TIPO ENCOSTO ALTO, APOIO BRAÇO SEM BRAÇOS, REGULAGEM VERTICAL SEM REGULAGEM, COR MARROM	I	UN	6	291,40	1.748,40
11	14273 - CADEIRA REFEITÓRIO, ESTRUTURA MADEIRA MACIÇA, COMPRIMENTO 47, LARGURA 42, ALTURA 88, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENCOSTO FIBRA CELULÓSICA E ALGODÃO, MATERIAL ASSENTO ESPUMA D-26, REVESTIDO EM COURO	I	UN	8	323,26	2.586,08
12	150209 - JOGO MESA COPA/COZINHA, MATERIAL MESA ESTRUTURA TUBULAR COM TAMPO GRANITO, FORMA MESA RETANGULAR, COMPRIMENTO MESA 1,10, LARGURA MESA 1,00, QUANTIDADE CADEIRAS 4, MATERIAL CADEIRA TUBO AÇO, TIPO ASSENTO ESTOFADO, COR CADEIRA BEGE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTRUTURA TUBULAR NA COR PRETA	I	UN	1	635,75	635,75
13	150942 - JOGO MESA COPA/COZINHA, MATERIAL MESA MADEIRA MACIÇA DE LEI COM TAMPO DE VIDRO TEMPERADO, FORMA MESA RETANGULAR, COMPRIMENTO MESA 180, LARGURA MESA 90, QUANTIDADE CADEIRAS 6, MATERIAL CADEIRA MADEIRA MACIÇA DE LEI, ALTURA MESA 80, ESPESSURA TAMPO 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CADEIRA: ESPALDAR 96CM, ASSENTO: 48CMX44CM	I	UN	1	799,80	799,80
14	150942 - JOGO MESA COPA/COZINHA, MATERIAL MESA MADEIRA MACIÇA, FORMA MESA RETANGULAR, COMPRIMENTO MESA 1,80, LARGURA MESA 1,50, QUANTIDADE CADEIRAS 8, MATERIAL CADEIRA MADEIRA MACIÇA, ALTURA MESA 0,78	I	UN	1	893,32	893,32
15	150942 - JOGO MESA REFEITÓRIO, MATERIAL TAMPO MADEIRA MACIÇA, ALTURA 80, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA MACIÇA, COMPRIMENTO 200, LARGURA 90, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACOMPANHA OITO CADEIRAS DE MADEIRA PADRÃO COLONIAL	I	UN	1	1.172,25	1.172,25
16	150056 - MESA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA AÇO, MATERIAL TAMPO MADEIRA AGLOMERADA, REVESTIMENTO TAMPO LAMINADO MELAMÍNICO TEXTURIZADO, COR TAMPO ARGILA, QUANTIDADE GAVETAS 3, LARGURA 0,60, ALTURA 0,74, COR ESTRUTURA GRAFITE, TIPO GAVETAS SEM CHAVE, COMPRIMENTO 1,26, ACABAMENTO ESTRUTURA PINTURA, ESPESSURA TAMPO 25, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PAINEL RECUADO PARA FIAÇÃO, ACABAMENTO BORDAS BORDAS ARREDONDADAS (POST-FORMING), DIMENSÕES GAVETA 50 X 33, MATERIAL GAVETA AÇO, TIPO PUXADORES DE EMBUTIR (ABS), TIPO TRILHOS GAVETA PROGRESSIVOS	I	UN	3	374,00	1.122,00
17	108219 - MESA MADEIRA, MATERIAL MACIÇA IPÊ, COMPRIMENTO 80, LARGURA 77, ALTURA 74, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PÉS TRABALHADOS/PRANCHETA LATERAL ELEVADA	I	UN	4	466,67	1.866,68
18	150942 - MESA REFEITÓRIO, MATERIAL TAMPO COMPENSADO, REVESTIMENTO TAMPO MADEIRA ANDIROBA, ESPESSURA 35, ACABAMENTO BORDAS RESINA, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA MACIÇA, COMPRIMENTO 125, LARGURA 80, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PÉS EM MADEIRA ANDIROBA COM SAPATAS REGULÁVEIS, EN, COR IMBUÍA 602	I	UN	4	559,10	2.236,40
19	150056 - MESA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA COMPENSADO DE 30 CM, MATERIAL TAMPO LAMINADO MELAMÍNICO, REVESTIMENTO TAMPO LAMINADO MELAMÍNICO TEXTURIZADO, COR TAMPO MARFIM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PAINEL FRONTAL REVESTIDO LAMINADO MELAMÍNICO TEXTU, ACABAMENTO	I	UN	3	518,77	1.556,31

	BORDAS ARESTAS ACABAMENTO BOLEADO 180° MADEIRA MACIÇA					
20	150942 - MESA AUXILIAR, MATERIAL ESTRUTURA TUBO METÁLICO, MATERIAL REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO TEXTURIZADO, MATERIAL TAMPO COMPENSADO, ESPESSURA TAMPO 30, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRATELEIRA INFERIOR E GAVETEIRO FIXO LATERAL COM 4, PROFUNDIDADE 70, ALTURA 78, COR MARFIM, ACABAMENTO ESTRUTURA PINTURA ELETROSTÁTICA, COR ESTRUTURA PRETA, ACABAMENTO BORDAS BOLEADO A 90° EM MADEIRA MOGNO MACIÇA, LARGURA 230	I	UN	2	444,61	889,22
21	150164 - MESA REUNIÃO REDONDA, MATERIAL MADEIRA, TIPO MADEIRA COMPENSADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL VERNIZ POLIURETANO ACETINADO NATURAL, TIPO REVESTIMENTO LAMINADO MADEIRA FREIJÓ, DIÂMETRO 110, ALTURA 76, ESPESSURA TAMPO 30, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO PÉS PAINEL EM 'X', MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA MAÇICA	I	UN	1	708,67	708,67
22	150942 - MESA REUNIÃO OVAL, MATERIAL MADEIRA, TIPO MADEIRA COMPENSADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL REVESTIMENTO COM MADEIRA LAMINADA, TIPO REVESTIMENTO IMBUÍDA, COMPRIMENTO 250, LARGURA 110, ALTURA 72, QUANTIDADE PÉS 4, GUARNIÇÃO EM MADEIRA MAÇICA	I	UN	1	769,00	769,00
23	65030 - ARMÁRIO AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ZINCADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA ELETROSTÁTICA COM EPÓXI., COR CINZA, QUANTIDADE PORTAS 3, TIPO FIXAÇÃO PORTAS COM DOBRADIÇAS, TIPO FECHAMENTO PORTAS COM FECHADURA, QUANTIDADE PRATELEIRAS 4, ALTURA 1,845, LARGURA 0,45, PROFUNDIDADE 0,30, TIPO AÇO 22 (0,75 MM), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PÉS REGULÁVEIS, MATERIAL CHAPA DE AÇO	I	UN	2	1.515,86	3.031,72
24	65030 - ARMÁRIO AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA MARTELADA, COR CINZA, QUANTIDADE PORTAS 2, TIPO FIXAÇÃO PORTAS COM DOBRADIÇAS, QUANTIDADE PRATELEIRAS 4, ALTURA 1,98, LARGURA 0,90, PROFUNDIDADE 0,40, CARACTERÍSTICA PORTAS COM CHAVE E PUXADOR	I	UN	2	1.515,86	3.031,72
25	95125 - ESTANTE METÁLICA, MATERIAL AÇO, ALTURA 2,00, LARGURA 1,02, PROFUNDIDADE 0,55, TIPO PRATELEIRAS DESMONTÁVEL, GRADUÁVEL, DUPLA FACE, QUANTIDADE PRATELEIRAS 5, COR CINZA	I	UN	2	639,00	1.278,00
26	150508 - ESTANTE, MATERIAL AÇO, TIPO CHÃO, ESTRUTURA METÁLICA, PROFUNDIDADE 60, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA ESMALTE SINTÉTICO, COR CINZA, QUANTIDADE PRATELEIRAS 8, ALTURA 1,98, LARGURA 0,92, MATERIAL CANTONEIRA CHAPA 16, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CHAPA 24 / LATERAIS E FUNDO FECHADOS	I	UN	2	596,96	1.193,92
27	150508 - ESTANTE, MATERIAL METALON DE 20 X 30 X 18 MM, TIPO ABERTA, ESTRUTURA METÁLICA, PROFUNDIDADE 80, QUANTIDADE PRATELEIRAS 10, ALTURA 2,82, LARGURA 1,44, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MONTADA, MATERIAL PRATELEIRAS CHAPA AÇO 18 (PRETA)	I	UN	2	432,16	864,32
28	150721 - EXAUSTOR, MATERIAL CHAPA AÇO CARBONO, APLICAÇÃO PAREDE, DIÂMETRO 30, POTÊNCIA MOTOR 1/5, TIPO MOTOR MONOFÁSICO, ROTAÇÃO MOTOR 1750 A 1800, TENSÃO 220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HÉLICE COM 6 PALETAS DE ALUMÍNIO, GRADE EXTERNA DE, TIPO AXIAL, ACABAMENTO PINTURA ESMALTE SINTÉTICO	I	UN	2	772,11	1.544,22
29	68608 - BEBEDOURO ÁGUA GARRAFÃO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO TORRE, ACABAMENTO EXTERNO POLIDO, CAPACIDADE 20, VOLTAGEM 110, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 4 LITROS, COR BRANCA, SAÍDA ÁGUA NATURAL E GELADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 TORNEIRAS, SERPENTINA EXTERNA, CONEXÕES INTERNAS	I	UN	1	1.380,00	1.380,00
30	6173 - BEBEDOURO ÁGUA GARRAFÃO, MATERIAL AÇO GALVANIZADO, TIPO VERTICAL ELÉTRICO, ACABAMENTO EXTERNO PINTADO, CAPACIDADE 20, VOLTAGEM 110, SAÍDA ÁGUA NATURAL E GELADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS APARADOR DE EXCESSO DE ÁGUA REMOVÍVEL	I	UN	1	685,55	685,55

31	6165 - REFRIGERADOR DOMÉSTICO - FRIGOBAR, CAPACIDADE 135, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 127, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRATELEIRAS REGULÁVEIS E PORTA-LATAS	I	UN	3	853,5866	853,5866
32	37680 - FREEZER, TIPO HORIZONTAL, CAPACIDADE 210, ALTURA 94, LARGURA 76, QUANTIDADE TAMPAS 1, SISTEMA DEGELO AUTOMÁTICO, COR	I	UN	1	1.597,34	1.597,34
33	344163 - FOGÃO GÁS, MATERIAL AÇO, APLICAÇÃO DOMÉSTICA, TIPO FOGÃO CONVENCIONAL, QUANTIDADE BOCAS 4, LARGURA 48,3, ALTURA 57, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FORNO AUTOLIMPANTE, 2 QUEIMADORES FAMÍLIA, ACENDI-, VOLTAGEM 110, COR BRANCA, PROFUNDIDADE 85	I	UN	1	686,7033	686,7033
34	138622 - REFRIGERADOR DUPLEX, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 342, CAPACIDADE CONGELADOR 71, ALTURA 185, LARGURA 70, PROFUNDIDADE 69,80, TIPO PORTAS FIXAS, SISTEMA DEGELO FROST FREE, COR BRANCA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110, TEMPERATURA OPERAÇÃO CONGELADOR -10 A 0, TEMPERATURA OPERAÇÃO REFRIGERADOR 0 A 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FILTRO DESODORIZADOR	I	UN	1	1.713,6633	1.713,6633
35	150566 - MICROCOMPUTADOR, NOME MICROCOMPUTADOR: MICROCOMPUTADOR, PROCESSADOR Core™ i5 , MEMÓRIA RAM 16GB, DISCO RÍGIDO MÍNIMO 750GB, PLACA VÍDEO OFF BOARD 4GB, GABINETE TORRE, COMPONENTES ADICIONAIS PLACA MÃE ASUS, OU ASROCK, TECLADO PADRÃO AMERICANO, PLACA REDE 1/10 GBPS, GRAVADOR DE CD/DVD, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS, TIPO MOUSE USB, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220V, COR PRETA, PRATA OU GRAFITE	I	UN	6	2.528,25	15.169,50
36	150566 - MICROCOMPUTADOR, NOME MICROCOMPUTADOR: MICROCOMPUTADOR, PROCESSADOR ® Core™ i7 , MEMÓRIA RAM 16GB, DISCO RÍGIDO MÍNIMO 750GB, PLACA VÍDEO OFF BOARD 16GB, GABINETE TORRE, COMPONENTES ADICIONAIS PLACA MÃE ASUS, OU ASROCK, TECLADO PADRÃO AMERICANO, PLACA DE REDE 1 GBPS, GRAVADOR DE CD/DVD, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS, TIPO MOUSE USB, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220V, COR PRETA, PRATA OU GRAFITE	I	UN	2	3.023,29	6.046,58
37	98191 - MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK, NOME MICROCOMPUTADOR PESSOAL TIPO NOTEBOOK: MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK, PROCESSADOR Core™ i7 , DISCO RÍGIDO MÍNIMO 750 GB, MONITOR TELA PLANA LED, TECLADO NUMÉRICO, TAMANHO TELA 17.3", SOFTWARE WINDOWS ATUAL, COMPONENTES ADICIONAIS PLACA VÍDEO DEDICADA MÍNIMO DE 2 GB/MOUSE USB E BOLSA PARA TRANSPORTE, USB 3.0, MEMÓRIA RAM MÍNIMO 6GB, RESOLUÇÃO MONITOR 1600X900, PESO MÁXIMO 4,8 KG, COR GRAFITE, PRATA OU PRETO MINERAL	I	UN	2	3.696,64	7.393,28
38	98191 - MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK, NOME MICROCOMPUTADOR PESSOAL TIPO NOTEBOOK: MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK, PROCESSADOR Core™ i7 , DISCO RÍGIDO MÍNIMO 750 GB, MONITOR TELA PLANA LED, TECLADO NUMÉRICO, TAMANHO TELA 15.6", SOFTWARE WINDOWS ATUAL, COMPONENTES ADICIONAIS PLACA VÍDEO DEDICADA MÍNIMO DE 2 GB/MOUSE USB E BOLSA PARA TRANSPORTE, USB 3.0, MEMÓRIA RAM MÍNIMO 6GB, RESOLUÇÃO MONITOR 1600X900, PESO MÁXIMO 2,06 KG, COR GRAFITE, PRATA OU PRETO MINERAL	I	UN	2	3.907,32	7.814,64
39	13218 - IMPRESSORA LASER, NOME IMPRESSORA - LASER: IMPRESSORA LASER, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO ATÉ 33 PÁGINAS POR MINUTO, RESOLUÇÃO IMPRESSÃO 1.200 X 1.200, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, CAPACIDADE MEMÓRIA INTERNA 256, VELOCIDADE DO PROCESSADOR 800 MHZ, TIPO PAPEL A4, A5, CARTA, OFÍCIO, ENVELOPES, ETIQUETAS, BANDEJA DE ENTRADA CAPACIDADE FOLHA 250, TIPO BANDEJAS DUPLEX AUTOMÁTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPRESSÃO FRENTE / VERSO AUTOMÁTICA, DEVERÁ POSSUIR SOMENTE CONEXÃO VIA REDE E USB, COMPATIBILIDADE WINDOWS	I	UN	2	2.780,90	5.561,80

	XP/7/8, CABO USB, CABO DE REDE, TIPO IMPRESSORA MONOCROMÁTICA, COR PRETO, PESO 11 KG COM FORNECIMENTO DE 4 TONERS COMPATÍVEIS COM A IMPRESSORA					
40	430109 - TELEVISOR, TAMANHO TELA 60, VOLTAGEM 110/220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FUL HD, SMART TV, DVT, WIDESCREEN, 2 ENTRADAS RF, TIPO TELA LED	I	UN	1	3.213,33	3.213,33
41	150699 - MONITOR VÍDEO, NOME MONITOR / VIDEO - MICROCOMPUTADOR: MONITOR VÍDEO, TAMANHO TELA 23 POLEGADAS, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220, TIPO TELA PLANA LED, DOT PITCH 0,20, RESOLUÇÃO MÍNIMA RECOMENDADA 1.280 X 1.024 32 BITS, COR PRETA OU GRAFITE	I	UN	8	459,30	3.674,40
42	150675 - PROJETOR MULTIMÍDIA, VOLTAGEM 100/240, FREQUÊNCIA 50 A 60, QUANTIDADE ENTRADA RGB 1 S-VÍDEO/1RCA, QUANTIDADE ENTRADAS VÍDEO 01: SVIDEO E 04 PINOS RCA, TIPO ZOOM MANUAL/DIGITAL, TIPO PORTÁTIL, CAPACIDADE PROJEÇÃO COR 1.07 BILHÕES DE CORES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONEXÃO HDMI, RGB E USB, WIFI, SEEN MIRROR/SHARING, LUMINOSIDADE MÍNIMA 3.600, TIPO FOCO MANUAL, TIPO PROJEÇÃO FRONTAL/TRASEIRO/TETO/MESA, RESOLUÇÃO NATIVA 1920X1200	I	UN	2	2.222,56	4.445,12
43	150414 - MODEM ROTEADOR, NOME MODEM ROTEADOR: CONFIGURAÇÃO MÍNIMA OU EQUIVALENTE DISPOSITIVO WIRELESS, MÍNIMO 450 Mbps. PROCESSADOR QUALCOMM-ATHEROS. ANTENA TRIPLA. MEMÓRIA RAM DE 256 Mb. MEMÓRIA FLASH DE 32 Mb.	I	UN	3	358,33	1.074,99
44	41629 - ESTABILIZADOR TENSÃO - NOBREAK 1.200 VA - POTÊNCIA 1200VA NO MÍNIMO, FREQUÊNCIA 60HZ, TENSÃO - ENTRADA: 115/127/220V - SAÍDA: 115V. VARIAÇÃO DE TENSÃO ADMISSÍVEL NA ENTRADA 45% PARA 115V E 40% PARA 220V FUSÍVEL COM ACESSO EXTERNO, POSSUI CHAVE LIGA/DESLIGA EMBUTIDA, FILTRO DE LINHA, GABINETE FRONTAL ABS ANTICHAMAS E CORPO METÁLICO, MICROPROCESSADOR TECNOLOGIA TRUE RMS, ATENUA SURTOS DE TENSÃO, PROTEÇÃO CONTRA SUBTENSÃO E SOBRETENSÃO	I	UN	4	293,28	1.173,12
45	318896 - ESTABILIZADOR TENSÃO, CAPACIDADE 1,2, TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA 110/220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ISO 9001, RS232 OPTO ACOPLADA, ENTRADA BATERIA EXT, FREQUÊNCIA 60, TIPO NOBREAK, PROCESSADOR RISC, POTÊNCIA NOMINAL 1200, NÍVEL RUÍDO < 40 A 1 METRO, REFERÊNCIA FABRICANTE 1110005, DIMENSÕES 315X114X156 (CXLXA), APLICAÇÃO MICROCOMPUTADOR, TENSÃO SAÍDA 110/220, MODELO PERSONAL PLUS 1200	I	UN	4	414,38	1.657,52
46	438643 - FURADEIRA, TIPO IMPACTO, POTÊNCIA 650, TAMANHO MANDRIL 1/2, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110, ACESSÓRIOS CHAVE DE MANDRIL, EMPUNHADEIRA AUXILIAR, LIMITADOR	I	UN	1	805,47	805,47
47	360790 - FURADEIRA, TIPO IMPACTO, POTÊNCIA 450, TAMANHO MANDRIL 3/8, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220, ACESSÓRIOS CHAVE DE MANDRIL, EMPUNHADEIRA AUXILIAR, LIMITADOR	I	UN	1	499,88	499,88
48	301892 - PARAFUSADEIRA, TIPO ELÉTRICA, VELOCIDADE REVERSÍVEL, VOLTAGEM 110/220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS POTÊNCIA BATERIA 2,4 W, PESO 350 GRAMAS, COMPONENTES BATERIA, CARREGADOR BATERIA, PONTAFENDA E PONTA-P	I	UN	1	476,19	476,19
49	63215 - PULVERIZADOR - PISTOLA DE PULVERIZAÇÃO, MATERIAL ALUMÍNIO FUNDIDO, TIPO BICO CURTO, MEDIDA DO BICO 1/4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALTA SUÇÃO DE LÍQUIDOS E UTILIZAÇÃO	I	UN	1	134,49	134,49
50	43192 - BALANÇA ANALÍTICA, CAPACIDADE 320, RESOLUÇÃO 0,1, DIÂMETRO PRATO 90, TIPO PAINEL TFT COLORIDO TOUCHSCREEN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONEXÃO USB, RS232, VOLTAGEM 110/220V, TEMPO MEDIÇÃO 1,5, FREQUÊNCIA 50/60	I	UN	1	2.848,39	2.848,39
51	43192 - BALANÇA PRECISÃO, CAPACIDADE MÁXIMA 5.200, RESOLUÇÃO 0,01, QUANTIDADE DÍGITOS 3, TIPO PAINEL DISPLAY TOUCHSCREEN COLORIDO DE 4,5	I	UN	1	2.489,78	2.489,78

52	103764 - COMPRESSOR DE AR, PRESSÃO MÁXIMA 120, POTÊNCIA MOTOR 1/2, VAZÃO 84, TENSÃO 110/220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ISENTOS DE ÓLEO, ACIONAMENTO DIRETO, SISTEMA DE DIA, DIMENSÕES 44 X 69 X 44, CAPACIDADE TANQUE 29, ACESSÓRIOS REGULADOR PRESSÃO DE SAÍDA	I	UN	1	2.249,08	2.249,08
53	419821 - ESTUFA LABORATÓRIO, TIPO C/ RENOVAÇÃO AR, MATERIAL* GABINETE AÇO INOX, AJUSTE AJUSTE DIGITAL,C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, CAPACIDADE CERCA DE 500, TEMPERATURA ATÉ 200, COMPONENTES C/ ATÉ 5 BANDEJAS, ADICIONAL C/ VEDAÇÃO, ALARMES	I	UN	1	3.556,00	3.556,00
54	414645 - ESTUFA LABORATÓRIO, TIPO C/ RENOVAÇÃO AR, MATERIAL* GABINETE AÇO INOX, AJUSTE DIGITAL,C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, CAPACIDADE CERCA DE 150, TEMPERATURA ATÉ 200, TEMPORIZAÇÃO C/ TEMPORIZADOR ATÉ 1000, COMPONENTES C/ ATÉ 3 BANDEJAS, ADICIONAL C/ VEDAÇÃO, ALARMES	I	UN	1	2.600,00	2.600,00
55	106348 - MOINHO TRITURADOR - MOINHO DE FACAS: TIPO CROTON, PARA COURO,FOLHAS DE FUMO, RESINAS PLÁSTICAS, MADEIRA PICADA. ESTRUTURA: CAIXA EM CHAPA DE AÇO 1020 COM ESPESSURA DE 1/4 , COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPOXI TEXTURIZADO. CAIXA COLETORA E RAMPA EM AÇO INOX AISI 304. TAMPA COM REVESTIMENTO INTERNO EM AÇO INOX AISI 304, ANEL DE VEDAÇÃO EM SILICONE. FUNIL COM TAMPA TIPO LABIRINTO E BATOQUE. DIMENSÕES EM MM.: L=350 X P=430 X A=530. PESO 80 KGS. CAMARA DE MOAGEM COM DIMENSÕES EM MM.: DIÂMETRO 200 X 78 DE PROFUNDIDADE. COM BICO INSTALADO NA TAMPA, PARA INJETAR NITROGENIO, A FIM DE RESFRIAR O ROTOR E NÃO SOBREAQUECER A AMOSTRA. FACAS EM AÇO VND, COM TRATAMENTO TÉRMICO. 6 FACAS MOVEIS INSTALADAS NO ROTOR CIRCULAR. 4 FACAS DE DOIS CORTES (APOS PERDER O CORTE, SOLTA-SE A FACA E AJUSTA-SE O SEGUNDO CORTE), FIXADAS NA CARCACA DA CAMARA. I ROTOR EM CHAPA DE AÇO CARBONO, COM CROMAÇÃO. VELOCIDADE 1150 RPM, MOTOR DE INDUÇÃO, 2 CV TRIFÁSICO. MOTO FREIO PARA PARADA INSTANTANEA AO DESLIGAR A ENERGIA. 3 PENEIRAS MALHA MESH 10, 20 E 30, FIXADAS EM SAPATA DE ALUMINIO FUNDIDO	I	UN	1	6.238,7250	6.238,7250
56	38253 - ESTUFA INDUSTRIAL: INSTALAÇÃO: EM PISO COM DE 4 RODAS DE APOIO, SENDO 2 COM TRAVAS. ESTRUTURA: CAIXA INTERNA EM INOX AISI430 COM CÂMARA DUPLA PARA CIRCULAÇÃO DO AR, E EXTERNA EM CHAPA DE AÇO 1020 COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPÓXI. DIMENSÕES EXTERNAS (MM): L=1250 X P=800 X A=1650. DIMENSÕES INTERNAS (MM): 800 X 600 X 1000MM (480 LITROS). PRATELEIRAS: SUPORTE PARA 5; ACOMPANHAM 5 PRATELEIRAS. CIRCULAÇÃO DE AR: SISTEMA DE CONVECÇÃO MECÂNICA POR AR FORÇADO NO SENTIDO HORIZONTAL. RENOVAÇÃO DE AR: DISPOSITIVO MECÂNICO PARA RENOVAÇÃO DE AR REGULÁVEL PARA ATÉ 200 VEZES O VOLUME DA CÂMARA. TEMPERATURA DE TRABALHO: DE AMBIENTE +7°C COM ALCANCE ATÉ 200°C. CONTROLADOR DE TEMPERATURA: MICROPROCESSADO, PID, COM INDICAÇÃO DIGITAL, SENSOR: TIPO PT100. RESISTÊNCIAS: BLINDADAS, ALETADAS EM INOX. PROTEÇÃO DA TEMPERATURA: TERMOSTATO ELETROMECÂNICO AJUSTADO PELO OPERADOR CONTRA SUPER AQUECIMENTO. NÍVEL DE RUÍDO: 61DB, APROXIMADAMENTE. CONSUMO: 3000 W. ALIMENTAÇÃO: 220 VOLTS	I	UN	1	9.720,00	9.720,00
57	106348 - MOINHO TRITURADOR : ESTRUTURA: SUPORTE EM CHAPA DE AÇO 1020, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPÓXI. CÂMARA DE MOAGEM EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO. 4 FACAS INSTALADAS NO ROTOR E UMA FACA NO BATENTE, CONFECCIONADAS EM VND, COM FACE DE CORTE RETIFICADA E COM TRATAMENTO TÉRMICO. RPM DE TRABALHO SELECIONÁVEL COM TROCA DE POSIÇÃO DA CORREIA: 346/686/1158. DIMENSÕES DA BOCA DE ALIMENTAÇÃO EM MM.: L=110 X P= 220 X A=60. GUIA PARA	I	UN	1	5.798,9633	5.798,9633

	ENTRADA DA MADEIRA COM DOBRADIÇA PARA FACILITAR A LIMPEZA DA CÂMARA, E COM TRAVA LATERAL E SUPERIOR PARA FIXAÇÃO DA MADEIRA. FAIXA DE REGULAGEM DE ESPESSURA DAS PARTÍCULAS: 0,2 A 12 MM. ALTURA DO PISO ATE O BOCAL DA ALIMENTAÇÃO: 1070 MM. DIMENSÕES EM MM.: L= 600 X P= 1000 X A= 1370					
58	220230 - ESMERILHADEIRA PORTÁTIL, TIPO ANGULAR, FERRAMENTA CORTE DISCO, DIÂMETRO DISCO 115, POTÊNCIA 710, ROTAÇÃO 11.000, PESO 1,70, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 127	I	UN	1	485,69	485,69
59	273127 - MOTO-ESMERIL, POTÊNCIA MOTOR 1/2 CV, VELOCIDADE 3.500, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 127/220, FREQUÊNCIA 60, QUANTIDADE FASES MONOFÁSICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM MOTOR/ROLAMENTOS BLINDADOS, 2 REBOLOS 6 X 3/4	I	UN	1	256,92	256,92
60	26000 – REGUA DE DESENHO - PAQUÍMETRO ESPECIAL, NOME CALIBRE PASSA - NAO - PASSA: PAQUÍMETRO FLORESTAL, DENOMINADO SUTA MECÂNICA, USADO PARA DIÂMETRO DE ÁRVORES, CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO, BRAÇO FIXO DE 800 MM COM ESCALA GRADUADA EM MILIMETRO, DEVERÁ POSSUIR BRAÇO MÓVEL PARA AJUSTE DE LEITURAS	I	UN	2	2.285,04	4.570,08
61	26000 – REGUA DE DESENHO - PAQUÍMETRO ESPECIAL, NOME CALIBRE PASSA - NAO - PASSA: PAQUÍMETRO FLORESTAL, SUTA MECÂNICA 500 MM EMPUNHADURAS AJUSTÁVEIS E RÉGUA MILIMETRADA EM ALUMÍNIO IDEAL PARA A MEDIÇÃO DE DIÂMETRO	I	UN	2	1.013,18	2.026,36
62	70793 - PAQUÍMETRO DIGITAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL TEMPERADO ALTA RESISTÊNCIA, RESOLUÇÃO 0,01, PRECISÃO +/- 0,02, LEITURA 7,00, APLICAÇÃO MEDIÇÃO EXTERNA/INTERNA SERVIÇOS PESADOS, ALIMENTAÇÃO BATERIA SR-44, CAPACIDADE 500	I	UN	4	513,53	2.054,12
63	25577 - CLINÔMETRO, MATERIAL METÁLICO, MODELO NÍVEL ABNEY 17-640, TIPO MANUAL, TIPO ESCALA GRADUADA DE 0 A 90°, EM DOIS SENTIDOS, APLICAÇÃO EM MEDIÇÃO DE INCLINAÇÃO DE TERRENO, SUUNTO. EQUIPAMENTO SIMILAR OU QUALIDADE SUPERIOR	I	UN	3	353,22	1.059,66
64	268741 - CLINÔMETRO, MATERIAL METÁLICO, TIPO MANUAL, TIPO ESCALA TANGENTES DE 0 A 45°, APLICAÇÃO MEDIÇÃO ALTURA ÁRVORES, PRECISÃO APROXIMADAMENTE 1", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LEITURAS DE ATÉ 1/2"; HIPSÔMETRO	I	UN	2	1.295,00	2.590,00
65	25585 - BINÓCULO, AMPLIAÇÃO 30 X 260X, DIÂMETRO DA OBJETIVA 80, CAMPO DE VISÃO 114/1000M 30X, CARACTERISITCAS ADICIONAIS FOCO CENTRAL, ZOOM 30X PRISMA BAK-4UV TIPO PORRO,	I	UN	2	363,56	727,12
66	25585 - BINÓCULO DE VISADA RETA 25-50X, RESISTENTE À ÁGUA. COM OS SEGUINTES ACESSÓRIOS: ESTOJO DE PROTEÇÃO, SAÍDA DE TRIPÉ, TAMPAS DAS LENTES, ALÇA DE TRANSPORTE E MANUAL EM PORTUGUÊS.	I	UN	2	558,4633	1.116,9266
67	24341 - BÚSSOLA-CLINÔMETRO TANDEM SUUNTO, MATERIAL ALUMÍNIO, CORPO COMPACTO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO, TIPO ESCALA -90° A +90°, ESCALA EM METROS 15 A 20M, 15 OZ, APLICAÇÃO MEDIÇÃO DE ÂNGULO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE À CORROSÃO E IMPACTO, SUUNTO, PESO 175g OU EQUIPAMENTO SIMILAR OU QUALIDADE SUPERIOR	I	UN	4	312,28	1.249,12
68	150150 - TRENA ELETRÔNICA, TIPO DIGITAL, MÉTODO DE MEDIÇÃO A LASER, ALCANCE 100, TIPO VISOR CRISTAL LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FUNÇÃO TRILHA/MEDIDAS CONTÍNUAS/ADAPTÁVEL A TRIPÉ	I	UN	2	992,08	1.984,16
69	108774 - SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO - GPS: CONFIGURAÇÃO MÍNIMA OU EQUIVALENTE: TELA COLORIDA DE 2,6 POL LEGÍVEL SOB A LUZ SOLAR, GPS	I	UN	4	2.120,46	8.481,84

	DE ALTA SENSIBILIDADE E RECEPTOR GLONASS COM ANTENA HELIX QUÁDRUPLA, ROBUSTA E À PROVA D'ÁGUA. MEMÓRIA INTERNA 4 GB. RECURSOS ADICIONAIS : ALTÍMETRO BAROMÉTRICO, BÚSSOLA DE 3 EIXOS E CONECTIVIDADE ANT+ E BLUETOOTH®					
70	26425 - DINAMÔMETRO, TIPO DIGITAL, CAPACIDADE MÁXIMA 500 kg, APLICAÇÃO MEDIÇÃO DE TENSÃO E COMPRESSÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BATERIAS 1,5V, PORTÁTIL, COM ESTOJO TRANSPORTE	I	UN	2	2.811,9266	5.623,8532
71	58610 - MÁQUINA FOTOGRAFICA, NOME MAQUINA FOTOGRAFICA: MÁQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL PROFISSIONAL, LENTE ZOOM 24-105 MM, ZOOM 1:4, MEMÓRIA DE 64 GB	I	UN	1	2.964,50	2.964,50
72	326738 - ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE ATÉ 120, TIPO SAPATA ANTIDERRAPANTE, TIPO DEGRAUS (2 X 7) ACOPLADOS LADO A LADO, QUANTIDADE DEGRAUS 07, ALTURA FECHADA 2,40, ALTURA ABERTA 2,20, MATERIAL LIGA ALUMÍNIO ESTRUTURAL, ALTURA ESTENDIDA 3,90, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS C/ TRAVA DE SEGURANÇA NOS DEGRÁUS, PESO MÁX. 20KG	I	UN	1	999,83	999,83
73	440804 - LUPA, TIPO DE MESA C/ ILUMINAÇÃO LED, FORMATO REDONDA, FAIXA AMPLIAÇÃO MÍNIMO 10 VEZES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM BRAÇO REGULÁVEL E ARTICULÁVEL, TENSÃO 127/220	I	UN	1	538,33	538,33
74	266974 - LUPA, TIPO PORTÁTIL, FORMATO REDONDA, FAIXA AMPLIAÇÃO MÍNIMO 20 VEZES, DIÂMETRO 22,2, MATERIAL CABO METAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BORDAS ALTAS PARA PROTEÇÃO DA LENTE, COMPRIMENTO 16, LARGURA 2,4, MATERIAL PLÁSTICO	I	UN	2	126,83	253,66
75	150748 - BALANÇA ELETRÔNICA, CAPACIDADE PESAGEM 500, VOLTAGEM 110/220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PLATAFORMA DE AÇO CARBONO 70 X 50 CM, TIPO DIGITAL, SENSIBILIDADE 10	I	UN	1	861,25	861,25
76	150748 - BALANÇA ELETRÔNICA, CAPACIDADE PESAGEM 64, VOLTAGEM BIVOLT, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PLATAFORMA AÇO INOXIDÁVEL, PÉS REGULÁVEIS E ANTIAD, TIPO DIGITAL, DIMENSÕES 560 X 450, TIPO PAINEL CRISTAL LÍQUIDO COM ILUMINAÇÃO, MATERIAL AÇO	I	UN	1	2.600,00	2.600,00
77	361505 - CILINDRO GÁS, MATERIAL AÇO, CAPACIDADE ARMAZENAGEM 25, TIPO GÁS NITROGÊNIO, OXIGÊNIO E GÁS CARBÔNICO, VOLUME 40	I	UN	1	357,08	357,08
78	303990 - CILINDRO GÁS, MATERIAL AÇO, TIPO GÁS NITROGÊNIO ANALÍTICO 5.0, VOLUME 9, ALTURA 1.500, DIÂMETRO 300, PRESSÃO TESTE 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GÁS NITROGÊNIO PUREZA MÍNIMA 99,99%	I	UN	1	304,61	304,61
79	280854 - VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS, TIPO FECHAMENTO MANUAL, COMPONENTES 1 MANÔMETRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR INOX (MACHO) 3/8 POLEGADS, MATERIAL LATAÃO CROMADO, TIPO ROSCA PARA NITROGÊNIO, PRESSÃO ENTRADA 200	I	UN	1	480,88	480,88
80	349869 - VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS, TIPO FECHAMENTO MANUAL, COMPONENTES 2 MANÔMETROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM FILTRO, MATERIAL LATÃO FORJADO, TIPO ROSCA PARA OXIGÊNIO, PRESSÃO ENTRADA 200, PRESSÃO SAÍDA 10, VAZÃO 30	I	UN	1	315,78	315,78
81	389770 - VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS, TIPO FECHAMENTO MANUAL, COMPONENTES MANÔMETRO E FLUXOMETRO, TIPO ROSCA PARA OXIGÊNIO	I	UN	1	742,89	742,89
82	150189 - GABINETE - PEÇA / COMPONENTE FLUXÔMETRO, COMPONENTES O-RING, BICO MACHO E BORBOLETA, APLICAÇÃO VÁLVULA REGULADORA PARA REDE DE OXIGÊNIO	I	UN	1	404,71	404,71

83	151020 - REGULADOR PRESSÃO, TIPO EQUIPAMENTO 2 MANÔMETROS, PRESSÃO MÁXIMA SAÍDA 400, PRESSÃO MÁXIMA ENTRADA 3.000, MODELO DE PONTEIRO, MATERIAL CORPO LATÃO FORJADO, TIPO CONEXÃO SAÍDA ROSCA 1/4" NPTF, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLO ESTÁGIO/ROSQUEAMENTO UNIVERSAL/VÁLVULA SEGUR, APLICAÇÃO CILINDRO DE NITROGÊNIO	I	UN	1	655,00	655,00
84	430991 - MEDIDOR UMIDADE DIGITAL, FAIXA OPERAÇÃO 0 A 100%, APLICAÇÃO BIOMASSA VEGETAL, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 2,5, DIMENSÕES 142 X 71 X 26, REFERÊNCIA GMH-3850	I	UN	3	315,4533	946,3599
85	93068 - NÍVEL DE PRECISAO USO TOPOGRAFICO, NOME NÍVEL DE PRECISAO USO TOPOGRAFICO : NÍVEL A LASER, BOLHA, TRIPE, ALUMINIO. NÍVEL LASER GIRATORIO 3 LINHAS TRIPE PROFISSIONAL PRUMO. ÁREA DE TRABALHO VISÍVEL DO NÍVEL A LASER: 20 M. ALIMENTAÇÃO: 04 PILHAS 1,5 V AA. PESO APROXIMADO: 500 G.	I	UN	1	1.301,00	1.301,00
86	150240 - EXTINTOR INCÊNDIO, MATERIAL MANGUEIRA BORRACHA, MATERIAL TRAMA BORRACHA, MATERIAL VÁLVULA SAÍDA LATÃO FORJADO, MATERIAL DIFUSOR ABS - ACRILONITRILE/BUTADIENE/STIRENE INQUEBRÁVEL, MATERIAL TUBO SIFÃO PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL CILINDRO TUBO AÇO COM COSTURA EM CHAPA 14, CAPACIDADE 10, PESO 14, PRESSÃO SERVIÇO 10,50, PRESSÃO TESTE 28, ACABAMENTO SUPERFICIAL CILINDRO METAL BRANCO, TRATAMENTO SUPERFICIAL CILINDRO PRIMER/ÓXIDO FERRO E ESMALTE SINTÉTICO, TIPO VÁLVULA SAÍDA M 30 COM MANÔMETRO., NORMAS TÉCNICAS NBR 11751, APLICAÇÃO CLASSE A E CLASSE B.	I	UN	3	439,03	1.317,09
87	150240 - EXTINTOR INCÊNDIO, CAPACIDADE 6, ACABAMENTO SUPERFICIAL CILINDRO PINTURA EPÓXI-PÓ ELETROSTÁTICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL CILINDRO FOSFATIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA, NORMAS TÉCNICAS NBR 9443 E 20-B, NBR 10721, NBR 9444, APLICAÇÃO CLASSE A, CLASSE B E CLASSE C., MATERIAL CARGA PÓ QUÍMICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTE DE SOLO COM RODÍZIO PARA EXTINTORES PORTÁ	I	UN	3	339,50	1.018,50

1.1.1 Valor Global Estimado: R\$ 184.361,91 (Cento e oitenta e quatro mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e um centavos)

1.2 Em conformidade com a IN SLTI n. 01/2010, a Contratada deverá cumprir com os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental:

1.2.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

1.2.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

1.2.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

1.2.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

1.3 Estabelece o Tribunal de Contas da União: **“Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração”** (TCU, Acórdão 2.300/2007, Plenário, Rel. Min. Aroldo Cedraz, DOU 05/11/2007). Sendo assim, os materiais descritos neste Termo servem de orientação e referência, podendo os licitantes ofertar produtos de marcas e modelos diferentes, desde que atendidos os critérios de equivalência e/ou qualidade superior.

1.4 Demais informações constantes no Resumo da IRP, disponível no COMPRASNET

1.5 Este Termo de Referência segue as orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para atendimento do Decreto nº 8.538/2015, **devendo a licitação ser exclusiva para ME/EPP/Cooperativa.**

1.6 A pesquisa de mercado segue as determinações da Instrução Normativa nº 05/2014, emitida pela Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo utilizada como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação a **média** dos valores obtidos na pesquisa de preços, **exceto** para os itens **32, 53, 54, 64, 68 e 71**, para os quais foi utilizada a metodologia **menor preço**.

1.7 Caso seja necessário, o pregoeiro poderá encaminhar os esclarecimentos, questionamentos e pedidos de impugnações ao Depto de Ciências Florestais, responsável Ulisses Silva da Cunha por meio do e-mail ulissys@tutanota.com. O pregoeiro também poderá solicitar análise dos materiais ofertados, bem com emissão de Parecer Técnico, junto à unidade solicitante.

1.8 Quando da participação na licitação, para os itens de 35 a 45 e 69, o licitante vencedor deverá cumprir com as obrigações estabelecidas no Decreto n. 7.174/2010 que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Federal.

1.9 Para os materiais permanentes o licitante vencedor deverá fornecer assistência técnica nacional e garantia mínima de 1 (um) ano.

2 DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS

2.1 A aquisição dos materiais de consumo, constantes neste Termo de Referência, visa atender as demandas da unidade solicitante, conforme documentos anexos ao processo.

3 DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Os materiais são considerados bens comuns, para fins do disposto no art. 4º, do Decreto nº 5.450/2005, **devendo ser a licitação ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico SRP, tipo Menor Preço.**

3.2 Determina o art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93 que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do Sistema de Registro de Preços/SRP. O SRP é uma opção economicamente viável à Administração, portanto, preferencial em relação às demais. A escolha pelo SRP se dá em razão do seguinte fator:

3.2.1 Pela impossibilidade de definir, previamente, a quantidade exata da demanda a ser empenhada.

3.4 Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/1993, conforme estabelecido no Decreto nº 7.892/2013.

4 DA ENTREGA DOS MATERIAIS E DA ACEITAÇÃO DOS OBJETOS

4.1 Os materiais permanentes deverão ser entregues à Coordenação de Patrimônio, localizada na Avenida Rodrigo Octávio Jordão Ramos, nº 6.200, Setor Sul, Estrada do Aviário, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Bairro Coroado, CEP 69077-000, em Manaus/AM. A empresa fornecedora deverá comunicar sobre a entrega dos materiais com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, através do telefone (92) 3305-1187 ou pelo e-mail patrimonio@ufam.edu.br, possibilitando, ao setor, liberar e organizar o espaço destinado ao recebimento dos materiais no estoque.

4.3 Os bens serão recebidos, provisoriamente, no prazo de 15 (trinta) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 Os bens serão recebidos, definitivamente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Coordenação de Almoxarifado.

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

5.2 A UFAM não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à entrega dos materiais, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da entrega dos materiais empenhados e, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à Nota de Empenho.

6.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

6.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

6.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação para fornecimento dos materiais permanentes.

8 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma Comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666/93.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

10.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

10.1.2 Ensejar o retardamento da entrega dos materiais.

10.1.3 Fraudar no fornecimento dos materiais.

10.1.4 Comportar-se de modo inidôneo.

10.1.5 Cometer fraude fiscal.

10.1.6 Não manter a proposta.

10.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

10.2.2 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.2.3 Multa de 1% (um por cento) por atraso injustificado sobre o valor da Nota de Empenho.

10.2.4 Multa 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total do objeto (não entrega do material).

10.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

10.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

10.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

10.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

10.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.

10.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11 DA CONFORMIDADE DO PROCESSO COM A MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

11.1 Este Termo de Referência para aquisição de material amolda-se à manifestação jurídica referencial correspondente ao **PARECER Nº 00001/2017/CONSU/PFFUA/PGF/AGU**, cujas recomendações restam atendidas no caso concreto.

11.2 Fica assim dispensada a remessa dos autos para exame individualizado pela Procuradoria Federal junto à FUA, conforme autorizado pela Orientação Normativa nº 55, da Advocacia Geral da União.

Manaus/AM, 17 de setembro de 2018.

Responsável pela Cotação de Preços e Termo de Referência

NYCOLLE OLIVEIRA SOUZA SANTOS
TAE - Assistente em Administração

Autorização do DEMAT

JOICE RIBEIRO DOS SANTOS
Diretora do DEMAT

Autorização da Autoridade Competente

Eu, **RAIMUNDO NONATO PINHEIRO ALMEIDA**, Pró-Reitor de Administração e Finanças, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a abertura do processo licitatório para aquisição dos materiais.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO FAMILAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2018

Declaramos que não constam em nossos quadros societários servidores da FUA ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, em cumprimento ao Acórdão Nº 409/2015 – TCU - Plenário.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

Observação: emitir em papel que identifique a entidade expedidora.

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para Eventual Aquisição de material permanente conforme solicitado pelo departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal do Amazonas**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº 42/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de homologação do certame, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)